



Observatório da Oposição

4 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 71

Eletrobras

**Aneel revela falha
alarmante em operação
de antecipação de
recursos da Eletrobras**



SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EV AIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Página

Aneel revela falha alarmante em operação de antecipação de recursos da Eletrobras

01

Aposentados e ativos contra o uso de recursos dos Fundos de Pensão no PAC

06

2

SAÚDE

Com orçamento bilionário em 2024, o Programa Farmácia Popular deixa de atender pessoas com diabetes, dependentes de insulina

09

3

INFRAESTRUTURA

PLOA 2025: Corte no orçamento para transportes penaliza setor e compromete a economia nacional

13

4

POLÍTICA

Voa Brasil não decola

18

5

SEGURANÇA PÚBLICA

Lula avança com PEC que centraliza segurança e enfraquece autonomia dos estados

22

6

AGRO

Agricultores indígenas em risco: Plantio de soja em MT ameaçado por burocracia e ideologia

27



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Aneel revela falha alarmante em operação de antecipação de recursos da Eletrobras

Iniciativa autorizada pelo MME resulta em um benefício muito inferior para o consumidor: de R\$ 510 milhões, passou para apenas R\$ 46,4 milhões, valor quase 11 vezes menor. Isso implica em uma redução média de 0,02% nas tarifas.

Contextualização

- A operação de antecipação de recursos da Eletrobras, autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e regulamentada pela [Medida Provisória nº 1.212/2024](#), expôs falhas na execução de políticas públicas voltadas aos consumidores de energia. [Em análise conduzida pela ANEEL](#), o diretor Fernando Mosna apontou inconsistências nos cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que resultaram em um benefício reduzido aos consumidores.



Art. 4º Fica a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE autorizada, mediante diretrizes estabelecidas em portaria conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, a negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o inciso I do caput do art. 4º da Lei nº 14.182, de 2021, **desde que caracterizado o benefício para o consumidor.**

Parágrafo único. **Os recursos antecipados de que trata o caput serão exclusivamente utilizados para fins da modicidade tarifária** dos consumidores do ambiente regulado, conforme diretriz estabelecida pelo poder concedente, prioritariamente para:

I - quitação antecipada da Conta-Covid, de que trata o Decreto no 10.350, de 18 de maio de 2020; e

II - quitação antecipada da Conta Escassez Hídrica, de que trata o Decreto no 10.939, de 13 de janeiro de 2022.

- A MP visava a modicidade tarifária em benefício do consumidor mediante a quitação antecipada das Contas Covid e Escassez Hídrica, conforme definido também na [Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024](#), que estabeleceu os critérios de avaliação e homologação do benefício pelo MME.

Art. 5º A CCEE promoverá análise da caracterização de benefício ao consumidor das propostas recebidas, conforme metodologia estabelecida no art. 4º.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério de Minas e Energia homologar a caracterização do benefício aos consumidores na forma do art. 4º desta Portaria Interministerial.

- Em 6 de agosto de 2024, o benefício foi formalizado pela Secretaria Nacional de Energia Elétrica, com a participação de bancos credores — Banco do Brasil, Itaú BBA, Bradesco BBI, BTG Pactual e Santander — e culminou na assinatura do “[Contrato de Aquisição de Direitos Creditórios, Constituição de Garantias e Outras Avenças](#)” em 7 de agosto, sendo a quitação antecipada realizada em 4 de outubro de 2024.

Problema

- A operação foi marcada por inconsistências significativas, a começar pelo erro inicial de cálculo da CCEE, avalizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que projetou um benefício estimado em R\$ 510 milhões para os consumidores. Após questionamentos e análises mais criteriosas da Aneel, **valor da economia e este foi reduzido para R\$ 46,5 milhões, aproximadamente 9,11% do valor inicialmente comunicado, proporcionando uma redução média de 0,02% nas tarifas.**

58. Portanto, o benefício final ao consumidor, da operação financeira de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras, para fins de quitação integral das Conta Covid e Escassez, após todos os ajustes de premissas e indicadores feitos pela CCEE na modelagem da operação, resultou em aproximadamente R\$ 46,5 milhões. Esse foi o valor definitivo do benefício ao consumidor, que foi efetivamente publicado no site da CCEE, em observância ao artigo 9º da Portaria Interministerial, citado a seguir:

[Aneel. Voto - Processo: 48500.002682/2024-66, pág. 30.](#)

- A redistribuição dos benefícios entre as concessionárias foi realizada de forma desigual, beneficiando algumas distribuidoras em detrimento de outras e em desacordo com os comandos da Medida Provisória nº 1.212/2024 e da Portaria Interministerial, resultando na ausência de benefícios para grande parte dos consumidores de energia. **A análise técnica revelou que a operação trouxe um Valor Presente Líquido (VPL) positivo para 50 distribuidoras, enquanto 53 apresentaram um VPL negativo¹. Distribuidoras como Energisa MT, Equatorial AL, CEA-Equatorial do Amapá e Amazonas Energia foram beneficiadas, sendo esta última favorecida por outros atos do ministro Silveira.**

¹ Na prática, empresas com saldo devedor maior nas Contas Covid e Escassez foram beneficiadas, enquanto aquelas com mais créditos a receber da Eletrobras do que débitos acabaram cedendo parte de seus direitos para as deficitárias, resultando em uma medida que impacta de forma desigual e desfavorável a maioria dos consumidores e concessionárias, o que contraria o objetivo de uma distribuição isonômica que estava sendo praticada até então.

- Outro ponto controverso é o custo dos encargos bancários envolvidos na transação. Por exemplo, a decisão ministerial de aprovar o pagamento do Waiver Fee de 3% sobre o saldo das Contas Covid e Escassez Hídrica gerou um benefício direto de cerca de R\$ 285 milhões para os bancos credores, valor que é aproximadamente seis vezes maior que o **benefício obtido pelos consumidores com a operação. Com efeito similar, a Comissão de Descontinuidade de 0,9% tem um impacto potencial de R\$ 70,3 milhões, superando em 1,5 vezes o ganho dos consumidores.** Em caso de descontinuação da operação pela Eletrobras, todos os benefícios aos consumidores seriam anulados, evidenciando uma avaliação questionável sobre o equilíbrio entre risco e retorno.
- O relatório do diretor Fernando Mosna indicou que a operação como um todo pode ser caracterizada como um "erro grosseiro", demonstrando não apenas negligência, mas uma possível imprudência na homologação das decisões por parte do secretário responsável pela homologação do acordo no MME, Gentil Nogueira de Sá Junior.

90. É de indagar se a inclusão desses valores na operação com o intuito de contribuir para a redução tarifária estava prevista desde o início ou foi um artifício utilizado para inflar o benefício ao consumidor (...).

[Aneel. Voto - Processo: 48500.002682/2024-66, pág. 30.](#)

Solução

- Do ponto de vista do Poder Legislativo, várias ações podem ser adotadas em resposta à operação de antecipação de recursos da Eletrobras e suas implicações para os consumidores de energia:
 1. **Audiência Pública** (Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal): O Legislativo pode convocar audiências públicas para ouvir especialistas, representantes da ANEEL, da CCEE, do MME e de associações de consumidores, a fim de esclarecer as inconsistências nos cálculos e discutir os impactos da operação nas tarifas de energia.
 2. **Pedido de Informação** (Constituição Federal, art. 50, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal): Os senadores podem apresentar pedidos de informação ao MME, à ANEEL e à CCEE para obter esclarecimentos detalhados sobre a operação, os cálculos realizados e os critérios utilizados para a redistribuição dos benefícios.

3. **Convocação do Ministro de Minas e Energia** (Art. 397, §1º do Regimento Interno do Senado Federal): O Senado pode convocar o Ministro de Minas e Energia para prestar esclarecimentos sobre as decisões que levaram às inconsistências nos cálculos e discutir as medidas que serão adotadas para garantir a modicidade tarifária em benefício dos consumidores.

4. **Representação ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União** (art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, arts. 70 a 74, todos da Constituição Federal da CF, c/c art. 1º, XVI, da Lei n. 8.443/92): O Legislativo pode encaminhar uma representação ao Ministério Público junto ao TCU, solicitando a investigação das possíveis irregularidades na operação de antecipação de recursos da Eletrobras e a responsabilidade das entidades e autoridades envolvidas.



Aposentados e ativos contra o uso de recursos dos Fundos de Pensão no PAC

Manifesto com cerca de 25 mil assinaturas critica a ingerência política nos recursos privados dos fundos de pensão e exige uma gestão responsável para proteger as aposentadorias.

Contexto

- Manifesto lançado por integrantes de fundos como Previ, Petros, Funcef e Postalis, que obteve de [quase 25 mil adesões de funcionários ativos e aposentados](#) (3,9% dos 630 mil participantes), critica abertamente a [intenção do governo de usar esses recursos](#) para financiar obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).
- O documento enfatiza que o patrimônio desses fundos "não está à disposição da União" e deve ser utilizado exclusivamente para garantir aposentadorias, evidenciando a resistência dos participantes contra ingerências políticas.



Imagem: Reprodução

“Os recursos dos fundos de pensão são privados. Não são recursos públicos à disposição do Orçamento da União para aplicação em projetos de seu interesse. Destinam-se, unicamente, ao pagamento de benefícios de aposentadoria complementar concedidos e a conceder”.

“Os participantes não podem admitir ingerências nos seus fundos de pensão, principalmente quando eles são fomentados a praticar atos que já se revelaram danosos no passado”.

[Trechos do Manifesto, veiculado pelo Estadão.](#)

Problema

- A tentativa do governo de aumentar a utilização dos fundos de pensão para financiar obras públicas foi [reforçada por reuniões entre Lula, ministros e dirigentes dos fundos](#), acendendo um alerta sobre o retorno de práticas prejudiciais ao patrimônio dos trabalhadores e aposentados brasileiros.
- Diversas associações, como a Apaprevi e a Fenae, apoiaram o manifesto, que critica a possível flexibilização das regras de investimento dos fundos. O movimento inclui também participantes do Funpresp-Exe, que pedem uma abordagem mais conservadora nos investimentos para evitar riscos políticos.
- A resposta do governo às críticas, através de alegações de que não haveria "flexibilização" das regras de investimento, foi vista com ceticismo por muitos, especialmente considerando a história de intervenções políticas que resultaram em má gestão.
- Dentre os casos de ingerência política já evidenciados, destaca-se a nomeação de sindicalistas ligados ao partido e de indivíduos sem a experiência necessária para cargos-chave nos fundos de pensão, com João Luiz Fukunaga na Previ como exemplo emblemático. Além disso, a possível troca na FUNCEF de Ricardo Pontes, funcionário de carreira da Caixa, [por Ricardo Back, chefe de gabinete do ministro Alexandre Padilha](#), reitera os receios sobre recrudescimento da politicagem nessas instituições.

- Entendemos que a intenção do governo de usar recursos dos fundos de pensão para financiar obras do PAC compromete a segurança financeira dos aposentados e ignora as justas preocupações dos participantes, que incluem trabalhadores e aposentados, potencialmente prejudicados por investimentos questionáveis e arriscados. É imperativo que essa ideia trabalhada pelo governo federal seja descartada de imediato.

Solução

- Diante do contexto apresentado e das preocupações levantadas sobre a ingerência política nos fundos de pensão, o Senado Federal pode considerar as seguintes soluções:
 - 1. Audiência Pública** (Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal): Convocar uma audiência pública para discutir a utilização dos recursos dos fundos de pensão, ouvindo especialistas, representantes dos fundos, participantes e o governo. Isso permitiria um debate transparente sobre os riscos e benefícios das propostas do governo, garantindo que trabalhadores, aposentados e pensionistas sejam ouvidos.
 - 2. Proposição Legislativa - Blindagem da Destinação de Recursos:** Propor a criação ou a revisão de leis que assegurem a autonomia dos fundos de pensão, proibindo explicitamente o uso de seus recursos para financiar obras públicas ou quaisquer outras iniciativas que não estejam diretamente relacionadas à garantia de benefícios de aposentadoria. Isso incluiria a definição clara de que os recursos são de natureza privada e não pública.
 - 3. Proposição Legislativa - Blindagem dos Conselhos:** Fortalecer os conselhos de administração dos fundos de pensão, garantindo que a maioria de seus membros seja composta por representantes dos participantes. Criar mecanismos de controle para evitar a nomeação de indivíduos sem qualificação técnica e impedir que dirigentes ou conselheiros com vínculos políticos ou sindicais influenciem a gestão dos fundos. Isso deve incluir critérios rigorosos de qualificação e experiência para esses cargos.

2 SAÚDE

Com orçamento bilionário em 2024, o Programa Farmácia Popular deixa de atender pessoas com diabetes, dependentes de insulina

A falta de insulina NPH e Regular no Programa Farmácia Popular do Brasil acende perigoso alerta quanto ao cuidado dispensado pelo Governo aos diabéticos de todo país, dependentes do programa para realizar e dar continuidade ao seu tratamento.

- Reportagens dos últimos dias dão conta da falta nos postos da farmácia popular de insulina humana NPH e Regular, ambas de apresentação em frascos, ao menos nos estados do Rio de Janeiro e de Goiás.



- O Diabetes Mellitus é uma doença crônica que, em média, leva a óbito 30 a cada 100 mil habitantes, por ano, no Brasil. Dados da pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde, indicam um aumento de 65% na taxa de adultos brasileiros com diabetes em 15 anos – em 2021, eram 9,1% neste grupo, comparado a 5,5% em 2006.
- A falta da insulina em frasco, prescrita para o tratamento do diabetes tipo 1 e em alguns casos do tipo 2, pode causar prejuízos e dificuldades aos pacientes, representando um perigo real de descontinuidade nos tratamentos.
- Com isso, o sinal de alerta para o Ministério da Saúde já deveria ter sido aceso desde maio, quando o laboratório [Novo Nordisk comunicou](#) a indisponibilidade do fornecimento dos medicamentos Novolin® R (insulina regular) e Novolin® N (insulina NPH, de ação prolongada), via farmácia popular e redes de farmácias, com previsão de perdurar por todo este semestre de 2024. Ainda segundo o laboratório, o fornecimento de canetas de insulina NPH e Regular distribuídas pelas unidades do SUS não seria afetado.
- Porém, esses medicamentos na apresentação em frasco dispensados gratuitamente a toda e qualquer pessoa que vá a uma farmácia conveniada ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) são os únicos previstos na lista do programa. Os demais são em apresentação sólida em blister (cloridrato de metformina 500mg, cloridrato de metformina 500mg - ação prolongada, cloridrato de metformina 850mg, e glibenclamida 5mg).
- [Reportagem da CNN Brasil](#), por exemplo, trouxe denúncias de casos de falta do medicamento nas cidades de Nilópolis, Paracambi, Petrópolis e outras da região metropolitana, juntamente com alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro. Em resposta à reportagem, a Pasta comandada por Nísia Trindade “informou que vai apurar as reclamações feitas pelos usuários sobre a escassez de insulina no Rio de Janeiro”, e que “a insulina NPH e a regular estão com o fornecimento normal pelo SUS (Sistema Único de Saúde)”, atrelando eventual falta de oferta pelo programa Farmácia Popular às redes de farmácias particulares, por serem destas a responsabilidade pela distribuição.
- A resposta do Ministério da Saúde à reportagem da CNN Brasil causa certa estranheza, uma vez que o comunicado do laboratório responsável pela produção do fármaco na apresentação em frasco foi noticiado até mesmo na mídia, quanto à indisponibilidade na rede vinculada ao Programa Farmácia Popular do Brasil. Não havendo registros de um posicionamento incisivo do órgão quanto ao referido comunicado.

- Em Goiás, a falta foi confirmada pela própria Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) à jornalista do [Diário de Goiás](#). A SES informou não ter havido impacto na rede e que os pacientes do SUS poderiam pegar a insulina em canetas.
- Objetivamente, a resposta da SES-GO está atrelada a [responsabilidade do Ministério da Saúde](#) de adquirir os medicamentos insulina humana regular 100 UI/ml Injetável, frascos e tubetes (canetas), insulina humana NPH 100 UI/ml injetável, frascos e tubetes (canetas) e agulhas para canetas aplicadoras de insulinas para o tratamento do diabetes, e distribuí-los aos almosarifados de saúde estaduais e municipais das capitais dos estados para atendimento de pacientes com diabetes, para o fornecimento direto na rede de saúde.
- Com orçamento aprovado pelo Congresso Nacional de R\$5,4 bilhões para 2024, vale pontuar que um dos objetivos do PFPB, ao lançar mão do uso da rede privada, é ampliar o acesso da população a determinados medicamentos ao fazer uso da capilaridade da rede privada, e diminuir o impacto do preço dos medicamentos no orçamento familiar SUS dependentes ou não.
- A solução dada pelo governo de direcionar os usuários do programa farmácia popular para a rede de atenção primária do SUS não tem como ser vista como resolutiva, uma vez que o acesso depende do processo burocrático da porta de entrada do serviço público e está diretamente relacionado ao abastecimento regular da rede, que terá nesse caso um aumento na demanda.
- Além disso, as canetas de insulina NPH e Regular que tiveram sua aprovação para incorporação ainda em 2018, somente agora estão sendo de fato introduzidas na rede. Não tendo ocorrido uma substituição completa de uma tecnologia pela outra. Ou seja, ainda é uma tecnologia que não está totalmente incorporada em substituição ao medicamento na apresentação em frascos.
- Portanto, as pessoas com diabetes tipo 1 e em alguns casos do tipo 2 que vinham tendo sua demanda ao medicamento atendida gratuitamente através do PFPB, sejam elas SUS dependentes ou não, terão que passar por ao menos duas novas barreiras de acesso ao tratamento: i) submissão a nova consulta médica para ajuste das doses, do horário e da frequência da administração do medicamento, de modo a promover a adequação da prescrição a apresentação disponível na rede; ii) ser inserido na rede de atenção de modo a conseguir a retirada da medicação nas farmácias de dispensação da rede pública.

- Como reflexo, parte das pessoas que tinham acesso gratuito a insulina via PFPB podem ser impedidas de ter o acesso acarretando o retorno/inserção dessa despesa em seu orçamento familiar. Ou pior, terem o seu tratamento interrompido.



3

INFRAESTRUTURA

PLOA 2025: Corte no orçamento para transportes penaliza setor e compromete a economia nacional

A proposta do PLOA 2025 apresenta uma preocupante redução de R\$ 1,6 bilhão para investimentos em transportes em relação ao orçamento de 2024, somando R\$ 17,4 bilhões. A redução afeta especialmente o transporte rodoviário, o principal responsável pelo escoamento de produtos no Brasil. Esse corte compromete a eficiência logística, elevando os custos e afetando a inflação e o desenvolvimento econômico.

- A Confederação Nacional do Transporte (CNT) elaborou [análise do orçamento proposto para o setor de transportes em 2025](#). A análise evidenciou uma inversão de prioridades que desconsidera a relevância da infraestrutura de transporte para a economia nacional.



Tabela 2 – Comparativo PLN 26/2024 com a PLOA 2024* e LOA 2024*, por Grupo de Natureza da Despesa (GND) (R\$ bilhões)

Código/Especificação	PLOA 2025	%PLOA 2025	PLOA 2024	%PLOA 2024	LOA 2024	%LOA 2024
Ministério dos Transportes	30,75	100,0%	59,98	100%	58,00	100%
1 – Pessoal e Encargos Sociais	2,14	6,9%	4,34	7%	4,27	7%
3 – Outras Despesas Correntes	1,88	6,1%	1,82	3%	1,70	3%
4 – Investimentos	15,14	49,2%	16,17	27%	14,95	26%
5 – Inversões Financeiras	-	0,0%	-	0%	-	0%
9 – Reservas de Contingência	11,60	37,7%	37,65	63%	37,08	64%
Ministério de Portos e Aeroportos	4,16	100,0%	5,66	100%	5,57	100%
1 – Pessoal e Encargos Sociais	0,59	14,3%	0,60	11%	0,59	1%
3 – Outras Despesas Correntes	0,67	16,2%	0,39	7%	0,36	1%
4 – Investimentos	0,59	14,2%	1,16	21%	1,15	2%
5 – Inversões Financeiras	0,44	10,5%	0,48	8%	0,47	1%
9 – Reservas de Contingência	1,86	44,8%	3,03	54%	2,99	5%
Total	34,91	100,0%	65,63	104,5%	63,57	100,0%
1 – Pessoal e Encargos Sociais	2,73	7,8%	4,94	7,9%	4,87	7,7%
3 – Outras Despesas Correntes	2,56	7,3%	2,21	3,5%	2,06	3,2%
4 – Investimentos	15,73	45,0%	17,33	27,6%	16,10	25,3%
5 – Inversões Financeiras	0,44	1,3%	0,48	0,8%	0,47	0,7%
9 – Reservas de Contingência	13,46	38,6%	40,68	64,8%	40,07	63,0%

Fonte: Elaboração CNT, com dados do PLN 26/2024, LOA 2024 e PLN 29/2023.

*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2024.

- **A medida afeta diretamente o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), principal executor de obras em rodovias federais, que perdeu R\$ 713 milhões em relação ao PLOA de 2024.** Esta é uma perda estratégica para o setor, já que o transporte rodoviário responde por 88,2% dos investimentos no setor, com um montante de R\$ 13,49 bilhões.
- A redução nos recursos afeta também **o Ministério dos Transportes, com uma queda drástica de R\$ 59,98 bilhões para R\$ 30,75 bilhões, limitando a capacidade de manutenção e expansão de infraestrutura em áreas já críticas.** No caso do Ministério de Portos e Aeroportos, os investimentos caíram quase pela metade, de R\$ 1,16 bilhão para R\$ 590 milhões, impactando as operações dos portos e a capacidade de movimentação de cargas. A redução dos investimentos ameaça não só a competitividade, mas também a segurança e a eficiência do transporte de mercadorias e passageiros em todas as modalidades.
- A infraestrutura de transporte de qualidade é fundamental para o escoamento eficiente da produção agrícola, industrial e de insumos, além de ser essencial para a mobilidade urbana e rural. A CNT alerta que deficiências na infraestrutura aumentam os custos operacionais, elevando os preços de mercadorias e tarifas, pressionando a inflação. Além disso, a insegurança sobre os investimentos inibe o setor privado, desencorajando a entrada de novos investimentos em um momento em que a economia precisa de estímulos para crescimento.

Proposta de atuação da Oposição

- Para reverter esses efeitos, a bancada da oposição deve propor reajustes ao PLOA 2025 durante sua tramitação no Congresso, buscando recompor o orçamento destinado ao setor de transportes, remanejando daquelas fontes voltadas a políticas ideológicas insensatas, como aquisição de terras para o MST, recursos da Lei Rouanet para ONGs amigas, entre diversas outras.

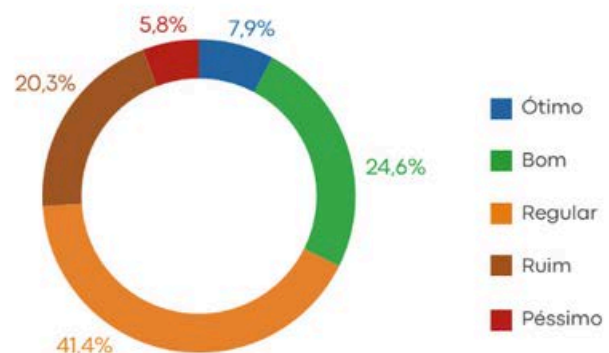
Estatística: Situação das rodovias brasileiras

- O transporte rodoviário no Brasil é responsável pelo deslocamento de aproximadamente 65% das cargas e 95% dos passageiros no país.
- De acordo com os dados do Sistema Nacional de Viação (SNV), a rede rodoviária brasileira abrange 1,7 milhão de quilômetros, dos quais **apenas 12,4% são pavimentados**, somando 213,5 mil quilômetros. Vale destacar a grande extensão de rodovias sem pavimentação, que corresponde a cerca de 1,4 milhão de quilômetros, representando 78,5% da malha total.
- No entanto, conforme a [Pesquisa CNT de Rodovias 2023](#), **apenas 32,5% das rodovias pavimentadas analisadas pelo estudo encontram-se em condições consideradas Ótimas (7,9%) ou Boas (24,6%)**. A maior parte da malha, que corresponde a 67,5%, apresentou problemas e foi classificada nas categorias Regular, Ruim ou Péssimo.

TABELA 4
Classificação do Estado Geral

Estado Geral	Extensão total	
	km	%
Ótimo	8.849	7,9
Bom	27.463	24,6
Regular	46.124	41,4
Ruim	22.585	20,3
Péssimo	6.481	5,8
Total	111.502	100,0

GRÁFICO 8
Classificação do Estado Geral



Fonte: Pesquisa CNA de Rodovias 2023.

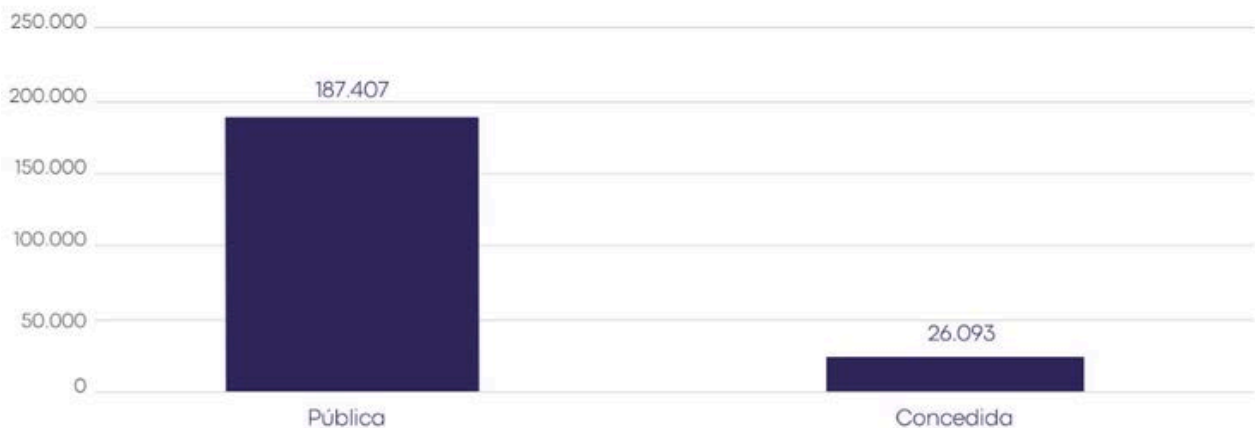
- Essa situação leva à necessidade de percorrer rotas mais extensas para evitar trechos não pavimentados ou, alternativamente, utilizar essas vias, que apresentam condições de tráfego e velocidades inferiores às das pavimentadas. Ambas as alternativas aumentam os custos de transporte e comprometem o conforto e a segurança dos usuários. Além disso, a falta de rodovias pavimentadas têm impactos diretos no desenvolvimento regional, uma vez que essa limitação de conectividade restringe o crescimento de certas áreas e prejudica o acesso a recursos e serviços essenciais.

Gestão Pública X Privada

- Das rodovias pavimentadas, apenas 12% estão sob gestão concedida à iniciativa privada (figura abaixo).

GRÁFICO 6

Extensão rodoviária pavimentada por tipo de gestão (valores em km)



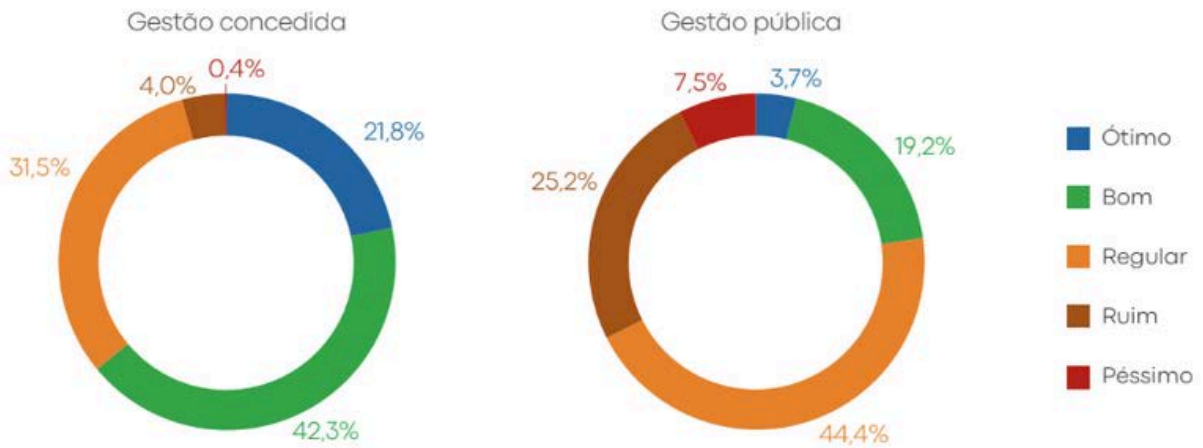
Fonte: CNT, com dados do Ministério da Infraestrutura (2020).

Fonte: Pesquisa CNA de Rodovias 2023.

- Ainda de acordo com a pesquisa CNT, as rodovias administradas pelo setor público têm algum tipo de deficiência em 77,1% de sua extensão, o que corresponde a 65.835 quilômetros, sendo classificadas como Regular, Ruim ou Péssimo no estado geral (gráfico abaixo). Apenas 22,9%, ou 19.574 quilômetros, estão em condições satisfatórias (classificadas como Ótimo ou Bom).
- Já as rodovias sob gestão concedida demonstram uma qualidade superior em comparação às públicas. Entre os trechos avaliados, 64,1% (16.738 quilômetros) foram considerados Ótimos ou Bons. A classificação Regular foi observada em 31,5% (8.225 quilômetros), enquanto somente 4,4% (1.130 quilômetros) foram avaliados como Ruim ou Péssimo.

GRÁFICO 36

Classificação do Estado Geral – Gestões concedida e pública



Fonte: Pesquisa CNA de Rodovias 2023.

- O resultado reafirma a baixa eficiência da gestão pública na alocação de recursos do contribuinte. Enquanto, quando operada pela iniciativa privada através das concessões, obtém maior retorno em qualidade de serviços à sociedade.



4 POLÍTICA

Voa Brasil não decola

Em pouco mais de dois meses, o programa vendeu apenas 0,4% das passagens, e o preço médio dos trechos aumentou em relação a 2023. A presidência e o ministério responsável reconhecem o fracasso da política.

Contextualização

- O programa Voa Brasil, anunciado em março de 2023 pelo ministro Márcio França, gerou expectativas ao prometer passagens aéreas a até R\$ 200 para aposentados do INSS, bolsistas do Prouni e funcionários públicos.
- No entanto, as negociações entre o governo e o setor de aviação para revisar o preço do querosene e garantir um auxílio financeiro de R\$ 5,5 bilhões falharam, deixando a implementação do programa em um limbo marcado por sucessivos adiamentos.



- Com um ano de promessas não cumpridas e um descontentamento crescente entre os representantes do setor, o programa passou a ser visto como um engodo pelos envolvidos, gerando um constrangimento para o governo federal.
- Apesar das tentativas de distanciamento da presidência em relação ao evento de lançamento, o Voa Brasil finalmente foi efetivado em 24 de julho de 2024, prometendo 3 milhões de passagens a preços reduzidos.

Problema

- Com quase três meses, [o programa Voa Brasil comercializou apenas 12 mil passagens, o que corresponde a uma ínfima fração, cerca de 0,4%](#), do total de 3 milhões de bilhetes disponibilizados.
- Conforme dados do [Painel de Tarifas Domésticas da Anac](#), passagens de até R\$ 200,00 correspondiam a 13,4% das vendas em 2023, mas desde o início do programa em julho até setembro de 2024, esse número caiu para 9,91%, indicando que o programa apresenta falhas na tentativa de ampliar o acesso a passagens mais baratas.
- Os [destinos mais populares do programa](#) Voa Brasil até agora são São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, com 45% dos voos para o Sudeste e 40% para o Nordeste. A capital paulista foi a preferida pelos aposentados, recebendo quase 20 aeronaves lotadas de 47 municípios, enquanto Fortaleza se destacou no Nordeste, com um a cada quatro bilhetes vendidos para a região. Além dos grandes centros, cidades médias e pequenas como Santarém, Porto Seguro, Campinas, Sinop e Foz do Iguaçu têm atraído o público-alvo.
- [Executivo da aviação aponta que as vendas baixas](#) se devem ao fato de que, além do preço da passagem, os passageiros enfrentam outros custos, como tarifas de embarque, alimentação, hospedagem e transporte. Segundo ele, as empresas apoiaram o programa desde o início, mas não esperam grandes resultados.
- A ineficácia do programa foi admitida até pelo próprio Presidente da República, que agora se junta ao coro de críticos ao reconhecer que a iniciativa não trará os resultados esperados.

“O que falta é a gente criar condições para a pessoa viajar. **Não adianta ficar criando passagem de pobre. Não é assim que tem turismo. O cara não vai chegar no balcão e falar: ‘Me dá uma passagem de pobre’.** O cara tem vergonha. Em vez de ficar assim, é preciso dar condição de o cara comprar a passagem”.

[Lula, registro veiculado pelo Poder 360.](#)

- O ministério admite falhas na política pública para o atendimento de idosos, especialmente ao exigir conhecimentos em informática e acesso à internet. Essa exigência ignora a realidade de muitos idosos e revela uma desconexão clara entre as necessidades dessa população e as soluções apresentadas.

“A gente tem o desafio porque **trata-se de um público que tem pouco acesso à internet. Eles têm pouco conhecimento de informática, de sites, de conseguir entrar sozinho no sistema do Voa Brasil.** Então, a gente tem encontrado esse desafio, desse público. Hoje a gente que poucos aposentados ainda conhecem o programa e entram no sistema pra fazer essa compra”.

[Daniel Tristão, Coordenador geral de Políticas Regulatórias do Ministério de Portos e Aeroporto, à Agência Brasil.](#)

- Essas constatações não apenas evidenciam uma ineficácia endêmica na implementação das políticas, mas também revelam a fragilidade das promessas veiculadas pelo atual governo, as quais se nutrem do populismo anacrônico e descompromissado característico de governos petistas.



VOA BRASIL NÃO DECOLA

Solução

Diante do contexto apresentado e das preocupações levantadas sobre a implementação do programa Voa Brasil e sua eficácia, o Senado Federal pode considerar as seguintes soluções:

- 1. Audiência Pública (Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal):** Convocar uma audiência pública para discutir a implementação do programa Voa Brasil, ouvindo especialistas, representantes do setor de aviação, beneficiários e o governo. Essa medida permitiria um debate transparente sobre os obstáculos enfrentados, promovendo uma troca de experiências que pode levar a soluções mais eficazes para garantir a acessibilidade das passagens.
- 2. Proposição Legislativa - Redução de Encargos da Aviação Civil:** Propor a redução dos encargos e tributos incidentes sobre a aviação civil, visando a diminuição dos custos operacionais das companhias aéreas. Essa medida poderia incluir a revisão das alíquotas de impostos sobre o querosene de aviação e a criação de incentivos que estimulem a competitividade do setor, tornando as passagens aéreas mais acessíveis para todos os brasileiros.
- 3. Proposição Legislativa - Criação de Metodologia para Avaliação de Programas de Governo:** Propor a criação de uma metodologia padronizada para a avaliação de programas de governo, como o Voa Brasil. Essa metodologia deve incluir critérios claros de eficiência, efetividade e impacto social, permitindo um monitoramento contínuo e a coleta de dados relevantes. A avaliação deve considerar a participação dos beneficiários e de especialistas, assegurando que as políticas públicas sejam ajustadas com base em evidências e feedback da população.

5 SEGURANÇA PÚBLICA

Lula avança com PEC que centraliza segurança e enfraquece autonomia dos estados

O governo apresentou uma proposta de emenda constitucional para nacionalizar o sistema de segurança pública, gerando controvérsias ao propor maior controle federal. A PEC, criticada por centralizar poder e reduzir a autonomia estadual, enfrentará resistência no Congresso, sendo vista como inadequada e oportunista. Em contraste, parlamentares propõem um projeto alternativo para fortalecer a colaboração entre estados ao enfrentar o crime organizado, com penas mais rigorosas e definição clara de crimes transnacionais.

- Após quase dois anos de governo, o presidente Lula e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentaram uma Proposta de Emenda à Constituição com o objetivo de ser, segundo o presidente da república, uma “proposta definitiva” de combate à criminalidade.



- Acompanhado e “assessorado” pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, Lula tentou passar para os governadores presentes na reunião da última quinta-feira (31/10), que está preocupado, dentre outras coisas com a “eventual entrada do crime organizado em concursos públicos, na magistratura e na política”. Na avaliação de Lula, a criminalidade organizada está “crescendo, dentro e fora das cadeias”. Os governadores de Santa Catarina, Jorginho Melo (PL/SC) e do Paraná, Ratinho Jr (PSD/PR) não compareceram e não enviaram nenhum representante.

“*“A gente vê, de vez em quando, falar do Comando Vermelho, do PCC. E eles estão em quase todos os estados, disputando eleições e elegendo vereadores. E, quem sabe, indicando pessoas para utilizar cargos importantes nas instituições brasileiras”, declarou Lula.*



- Lula ainda teve a petulância de dizer que alguns governadores estão ocultando informações relacionadas a crimes. “Tem governador que omite as informações da apuração dos crimes, tem governador que omite a quantidade de gente que morreu, que ainda não sabe por que morreu; ou seja, cada um produz a informação que lhe interessa e muitas vezes a informação que interessa ao delegado da polícia que é chefe, ao coronel que manda no batalhão. Então a gente quer tornar essa questão da Segurança Pública uma coisa mais civilizada”, disse o presidente aos governadores.
- Para alguns governadores, tal afirmação feita pelo presidente da república, sem qualquer prova, soou como mais um “sincericídio” proferido por Lula.
- Segundo a PEC da “In”segurança Pública sugerida por Lula e Lewandowski, o governo incorporaria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) à Constituição, nacionalizando o sistema de segurança pública, assim como é com o Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto “manteria a autonomia” dos estados na gestão de segurança, mas permitiria ao governo federal criar diretrizes gerais a serem seguidas em todo o país. Dessa forma, Lula pretende centralizar as decisões e aumentar o seu poder sobre a segurança pública nos estados, retirando a autonomia dos mesmos e invadindo prerrogativas estaduais. Um dos pontos mais controversos da PEC é transformar a Polícia Rodoviária Federal (PRF) em uma “Polícia Ostensiva Federal”.

“O nome aqui não importa, pode ser Guarda Nacional, pode ser qualquer nome que se pretender adotar. O que eu acho importante é que nós tenhamos uma força que possa enfrentar a criminalidade”, disse o ministro Lewandowski.



- O senador Sérgio Moro (União Brasil/PR), criticou a proposta apresentada por Lula. “Se o governo Lula realmente se importasse com segurança pública, trabalharia a favor e não contra o endurecimento da lei penal e processual penal”. Moro lembrou do veto do presidente Lula a Lei 14.843/2024, aprovada pelo Congresso, que acabava com as “saidinhas” de presos.
- O presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, deputado federal Alberto Fraga (PL/DF), disse que “a PEC, no atual formato que está, não terá trâmite fácil dentro do Congresso. Esta PEC é oportunista e inadequada”. Para Fraga, o texto apresentado por Lula pretende criar uma “super polícia” para uso próprio. “O governo não entende que os estados precisam de ajuda para fortalecer as polícias nas unidades federativas.” Ainda de acordo com o presidente da “bancada da bala”, o texto da PEC constitucionaliza o que já está previsto na lei federal que criou o Sistema de Segurança Pública, eliminando a necessidade de uma PEC para tratar do assunto. “O fundo não precisa constitucionalizar já que é uma lei federal. A lei do SUSP diz tudo. A PEC fala em integração entre as polícias. O SUSP já prevê isso. Falta é fazer na prática porque lei já tem”, advertiu Fraga. A “bancada da bala” possui 292 deputados federais.
- O deputado Coronel Meira (PL/PE), vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara (CSPCCO), alegou que a PEC foi “preparada de forma sorrateira, sem consultar os parlamentares ligados à segurança pública” ou ao colegiado. Para o parlamentar pernambucano, a solução está em dar melhores condições para que as polícias funcionem com autonomia no Estado e no município, e não em centralizar poderes e limitar ações das polícias.

- Ele ainda comparou as atribuições criadas pela PEC à atuação da Guarda Bolivariana, polícia da Venezuela. “O projeto tem como objetivo, criar uma espécie de “guarda bolivariana”, concentrando o poder na União, reduzindo a autonomia das polícias estaduais e guardas municipais. Não bastasse isso, o projeto foi analisado apenas por empresas de consultoria que gastaram milhões, de forma não transparente. É extremamente perigoso esse movimento, e afeta diretamente a sociedade como um todo”, acrescentou Meira.
- O ex-presidente da CSPCCO, deputado federal Sanderson (PL/RS) disse que o Congresso deve “agir rapidamente para evitar o agravamento da segurança pública no Brasil”. Sanderson classificou a PEC como uma tentativa do governo Lula de “concentrar poder de polícia ostensiva no Ministério da Justiça, em Brasília, criando uma espécie de polícia militar federal, alijando ações das tradicionais e eficientes Polícias Militares Estaduais”. Sanderson também lembrou que o ministro Lewandowski declarou “querer modernizar as forças policiais”, mas até então não enviou ao parlamento os projetos de leis orgânicas das polícias federais (PF, PRF e Polícia Penal Federal), cuja iniciativa é exclusiva do poder executivo.

- O deputado federal Capitão Alden (PL/BA), único representante da Bahia na CSPCCO, criticou a PEC. “Achamos muito fraco o texto enviado pelo presidente Lula. Muita pirotecnia. Essa PEC não vai resolver os problemas graves e estruturais que o Brasil vive e precisa resolver”.
- Para Alden, é necessário que o combate ao crime também passe por mudanças na legislação penal e não apenas no reforço do policiamento. “Alguns governadores pontuaram problemas que já foram apresentados ao governo federal, por exemplo, mudanças nas saídas temporárias, audiência de custódia, aumento das penas de indivíduos que cometem crimes graves e outras tantas medidas que poderiam realmente diminuir essas incidências criminais, mas o próprio governo Lula orientou para que sua base e aliados políticos com mandato no Congresso Nacional votassem contra todos esses projetos que tramitaram desde o início do governo Lula 3”, ressaltou o parlamentar baiano.
- Segundo publicação do Atlas da Violência de 2024, a Bahia é o Estado mais violento do Brasil. Coincidentemente, a Bahia é governada por Jerônimo Rodrigues (PT/BA) atualmente e as duas gestões anteriores, isto é, nos últimos 16 anos, políticos do PT governaram o estado.

- Em contraponto à PEC de Lula, composta por 8 artigos ao todo, o deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil/AL), juntamente com o presidente da bancada da bala, apresentaram na mesma semana o PL 4120/2024 (115 artigos incluídos), que pretende fortalecer o enfrentamento ao crime organizado.
- A proposta cria um modelo de colaboração entre estados, coordenado por um colegiado de alto nível, para enfrentar o crime organizado de maneira conjunta e eficiente e estabelece a articulação entre órgãos de segurança pública e inteligência.
- A iniciativa define pela primeira vez no Brasil o que constitui uma “organização criminosa transnacional”, incluindo crimes como tráfico de drogas e pessoas, cibercrimes, controle ilegal de territórios e financiamento ao terrorismo.
- As penas para esses crimes podem chegar a até 40 anos de reclusão. “Queremos oferecer respaldo legal aos nossos agentes e fortalecer a capacidade de resposta do Brasil frente às organizações criminosas que atuam dentro e fora do país”, afirmou o deputado alagoano.





AGRO

Agricultores indígenas em risco: Plantio de soja em MT ameaçado por burocracia e ideologia

A agricultura indígena enfrenta sérias ameaças devido a barreiras legais e burocráticas que aumentam os custos de produção e limitam o acesso ao crédito e às tecnologias avançadas. A revogação de normativa de licenciamento ambiental e a proibição do uso de sementes transgênicas dificultam a expansão e a sustentabilidade das práticas agrícolas em terras indígenas, como as dos povos Pareci, Nambikwara e Manoki em Mato Grosso.

- O cultivo de grãos por indígenas enfrenta uma [crise iminente](#) devido à elevação nos custos de produção causada por obstáculos legais e burocráticos. O principal é a dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental imposto pelo Ibama e Funai.



Instrução Normativa Conjunta (FUNAI/IBAMA) nº 3, de 2023

- A **IN Conjunta (FUNAI/IBAMA) nº 3/2023** do governo Lula revogou a **IN Conjunta (FUNAI/IBAMA) nº 1/2021** do governo Bolsonaro, que **permitia o licenciamento ambiental para atividades desenvolvidas pelos próprios indígenas em suas terras**. Essa mudança suspendeu os processos de licenciamento desde abril de 2023 até que fosse publicada nova normativa. Contudo, o governo apenas prorrogou novamente o tema - através da **IN Conjunta (FUNAI/IBAMA) nº 5/2024** - e não resolveu o problema. Isto limitou o acesso dos indígenas a linhas de financiamento rural, além de deixá-los expostos a sanções ambientais do Ibama.
- Sem a renovação da normativa e de portarias fundamentais para obtenção de crédito, projetos de investimento foram bloqueados. Essa situação impactou diretamente nas terras indígenas localizadas em Campo Novo do Parecis (MT), onde os povos Pareci, Nambikwara e Manoki produzem juntos aproximadamente 20 mil hectares entre soja, milho, feijão e outros grãos há quase duas décadas.

Lei nº 11.460, de 2007

- Paralelamente, barreiras legais como **a proibição de sementes transgênicas em território indígenas, estabelecido pela Lei nº 11.460/2007, ainda impedem esses agricultores de utilizarem o que há de mais avançado e competitivo da tecnologia no campo**, acarretando em aumento dos custos nos tratamentos culturais, especialmente através da necessidade de maior pulverização de defensivos.

“Nós plantamos 20 mil hectares e esse ano, até por questão de preço, do alto custo da soja, vamos plantar no máximo sete mil hectares de soja. Hoje, para eu plantar aqui gasto em torno de 40 sacas por hectare. Eu poderia estar trabalhando com 27, 30, 32 sacas no máximo se eu tivesse acesso a essa semente geneticamente modificada. A gente gasta muito mais produtos para controlar o mato, controlar doença”.

Arnaldo Zunizakae, presidente da Coopihanama, ao [Canal Rural MT](#).

- Logo, devido ao achatamento da rentabilidade, o Zunizakae aponta que deixarão de plantar 13 mil hectares nesta safra, ameaçando a autossuficiência e o desenvolvimento econômico de comunidades indígenas.

Conclusão

- A complexidade dos processos ambientais e a falta de políticas eficazes para apoiar a agricultura indígena representam um retrocesso na conquista da autonomia desses grupos. Este cenário revela uma negligência estrutural que vai além de questões econômicas, afetando também a segurança jurídica dos produtores.
- O cultivo de soja em terras indígenas é um exemplo de progresso sustentável e responsável, desafiando o estereótipo de que desenvolvimento e preservação são opostos. **São mais de 1,1 milhão de hectares de terras indígenas em Parecis, com menos de 2% destinado à agricultura.** Ao todo a atividade gera 300 vagas de emprego diretos e indiretos, com 95% do contingente composto por indígenas. No entanto, sem o suporte necessário, essas iniciativas podem desaparecer.



Crianças são as mais afetadas por doenças na Terra Indígena Yanomami. Foto: Condisi-YY/Divulgação.